

VETO AO PROJETO DE LEI MUNICIPAL Nº 05, DE 10 DE ABRIL DE 2013.

“Veto ao Projeto ao Projeto de Lei nº 05 de 10 de abril de 2013, que concede isenção total do pagamento de tarifa de pedágio ao veículo cujo proprietário possua residência permanente ou exerça atividade profissional permanente no Município de Eldorado do Sul e dá outras providências.”

SÉRGIO MUNHOZ, Prefeito Municipal de Eldorado do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

FAÇO SABER, que a Câmara Municipal aprovou e eu, no uso das atribuições legais que me confere o § 1º do artigo 52 da Lei Orgânica do Município, VETO o Projeto de Lei nº 05, de 10 de abril de 2013.

RAZÕES DO VETO:

O Poder Legislativo do Município de Eldorado do Sul propõe Projeto ao Projeto de Lei nº 05 de 10 de abril de 2013, que concede isenção total de pagamento de tarifa de pedágio ao veículo cujo proprietário possua residência permanente ou exerça atividade profissional permanente no Município de Eldorado do Sul e dá outras providências.

A emenda reveste-se de inconstitucionalidade, devendo ser vetado de acordo com a atribuição institucional do Poder Executivo, pelas razões que ora se discorre.

O Projeto de Lei traz a seguinte previsão:

“Art. 1º Fica concedido Isenção total do pagamento de tarifa de pedágio ao veículo cujo proprietário possua residência permanente ou exerça atividade profissional permanente no Município de Eldorado do Sul.

Art. 2º A isenção se estende a todas as praças de pedágios que se encontra na extensão territorial de Eldorado do Sul.”

A exposição dos motivos que originaram o Projeto de Lei são no sentido de sanar alegado ônus desproporcional que pesa sobre a população do Município que conta com duas praças de pedágio instaladas.

Contudo, conforme adiante se demonstrará, o Projeto de Lei apresentado contraria expressamente previsão positivada da Constituição Federal.

Inicialmente cabe referir que a iniciativa avança sobre serviço público de competência Federal, a interferir em contratos de concessão firmado pela União, competente exclusiva, uma vez se tratar de praças de pedágio em Rodovias Federais.

A União executa, desde 1995, o Programa de Concessões de Rodovias Federais, no qual transfere a exploração de obra pública a entidades privadas, após processos de licitação, com a condição de serem realizados investimento e mantidos trechos rodoviários estratégicos, em concessões remuneradas pelo pagamento de pedágio.

Trata-se, portanto, de exploração de obra pública federal concedida, tudo regido por contratos administrativos próprios, que seriam imediatamente afetados pelas regras municipais no caso de aprovação do Projeto de Lei que ora se veta, contrariando expressamente os artigos arts. 1º; 18; 37, XXI; e 175 da Constituição Federal. .

Neste sentido, em razão da analogia acerca dos reflexos sobre a repartição de competências constitucionais dos entes federados, trazemos a baila o voto do Ilustríssimo Ministro do Supremo Tribunal Federal Gilmar Mendes, ao analisar o pedido da Ação de Constitucionalidade AC 2.545:

“...cumpre ressaltar a plausibilidade da tese sustentada pelas requerentes segundo a qual a Lei nº 14.824/2009 colocaria em risco a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão celebrados com a União. Isso porque, ao isentar do pagamento do pedágio os moradores dos municípios em que se localizam as praças de cobrança, a lei catarinense desfez, por completo, a relação de equivalência que motivou a celebração da avença e sobre a qual ela se estrutura (prerrogativas do poder concedente, as chamadas cláusulas exorbitantes, de um lado, e a garantia do equilíbrio econômico-financeiro, de outro). De fato, a possibilidade de quebra do equilíbrio econômico-financeiro de contratos de concessão impõe elevado ônus não só às concessionárias e ao poder concedente, mas também aos usuários das rodovias, pois coloca em risco a adequada prestação do serviço público (cf. STA 280, de minha relatoria, DJ 22.10.2008; SL 251, de minha relatoria, DJ 04.08.2008; SL 216, Rel. Ellen Gracie, DJ 18.03.2008; Pet. 2.242, Min. Carlos Velloso, DJ 05.06.2001). Não se pode olvidar que este Supremo Tribunal Federal possui firme entendimento no sentido da impossibilidade de interferência do Estado-membro nas relações jurídicocontratuais entre Poder concedente federal e as empresas concessionárias, especificamente no que tange a alterações das condições estipuladas em contrato de concessão de serviços públicos, sob regime federal, mediante a edição

de A lei catarinense ainda desequilibraria o tratamento conferido a brasileiros, a depender de seu domicílio (CR, arts.5º; e 19, III) leis estaduais. Em conformidade com este entendimento, têm-se os seguintes julgados: ADI(MC) nº 3.322-DF, Pleno, maioria, Rel. Min. Cezar Peluso, DJ 19.12.2006; ADI 3.533-DF, Pleno, maioria, Rel. Min. Eros Grau, DJ 6.10.2006; ADI(MC) nº 2.615-SC, Pleno, unânime, Rel. Min. Nelson Jobim, DJ 6.12.2002; ADI(MC) nº 2.337-SC, Pleno, maioria, Rel. Min. Celso de Mello, DJ 21.6.2002. Cito, a título exemplificativo, a ementa do acórdão prolatado na ADI-MC nº 2.337/SC, Rel. Min. Celso de Mello:

'AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE - CONCESSÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS – INVASÃO, PELO ESTADO-MEMBRO, DA ESFERA DE COMPETÊNCIA DA UNIÃO E DOS MUNICÍPIOS - IMPOSSIBILIDADE DE INTERFERÊNCIA DO ESTADO-MEMBRO NAS RELAÇÕES JURÍDICOCONTRATUAIS ENTRE O PODER CONCEDENTE FEDERAL OU MUNICIPAL E AS EMPRESAS CONCESSIONÁRIAS - INVIABILIDADE DA ALTERAÇÃO, POR LEI ESTADUAL, DAS CONDIÇÕES PREVISTAS NA LICITAÇÃO E FORMALMENTE ESTIPULADAS EM CONTRATO DE CONCESSÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS, SOB REGIME FEDERAL E MUNICIPAL - MEDIDA CAUTELAR DEFERIDA. - Os Estados-membros - que não podem interferir na esfera das relações jurídico-contratuais estabelecidas entre o poder concedente (quando este for a União Federal ou o Município) e as empresas concessionárias - também não dispõem de competência para modificar ou alterar as condições, que, previstas na licitação, acham-se formalmente estipuladas no contrato de concessão celebrado pela União (energia elétrica - CF, art. 21, XII, 'b') e pelo Município (fornecimento de água - CF, art. 30, I e V), de um lado, com as concessionárias, de outro, notadamente se essa ingerência normativa, ao determinar a suspensão temporária do pagamento das tarifas devidas pela prestação dos serviços concedidos (serviços de energia elétrica, sob regime de concessão federal, e serviços de esgoto e abastecimento de água, sob regime de concessão municipal), afetar o equilíbrio financeiro resultante dessa relação jurídico-contratual de direito administrativo.' Ademais, salvo melhor juízo quando da apreciação do mérito da ação principal, não é despropositado entender que a lei estadual, ao legislar sobre política tarifária, teria usurpado a competência da União para legislar sobre transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros e para explorar, diretamente ou mediante concessão, permissão ou autorização, o referido serviço público (art. 21, XII, 'e', da Constituição)."

Cabe ainda ressaltar que, para o caso específico da exploração das rodovias federais, existe previsão legal que autoriza a delegação de sua administração e exploração de trechos de rodovias, ou obras rodoviárias federais aos Estados ou Municípios. Os artigos 1º e 3º, § 1º, da Lei Federal nº 9.277 de 10 de maio de 1996 assim dispõem:

"Art. 1º Fica a União, por intermédio do Ministério dos Transportes, autorizada a delegar, pelo prazo de até vinte e cinco anos, prorrogáveis por até mais vinte e cinco, aos municípios, estados da Federação ou ao Distrito Federal, ou a consórcio entre eles, a administração de rodovias e exploração de trechos de rodovias, ou obras rodoviárias federais.

Art. 3º A delegação será formalizada mediante convênio.

§ 1º No instrumento de convênio constará cláusula prevendo a possibilidade de aplicação da legislação do Município, do Estado ou do Distrito Federal na cobrança de pedágio ou de tarifa portuária, ou de outra forma de cobrança cabível, no que não contrarie a legislação federal.”

Em não sendo o caso de existência de delegação ao Município, é inviável a interferência de legislação municipal, sob pena de infringência ao pacto federativo, expressamente vedado conforme artigos 18 e 175 da Constituição Federal.

Por derradeiro, aponta-se ainda a inconstitucionalidade do Projeto de Lei com relação ao desequilíbrio de tratamento a nacionais conferidos em razão do domicílio, o que é expressamente vedado conforme artigo 5º e 19, inciso III¹, da Carta Política.

Diante dos motivos acima expostos, o Poder Executivo Municipal apresenta as suas razões de veto para o Projeto de Lei a emenda aditiva de nº. 001 proposta no Projeto de Lei nº 05, de 10 de abril de 2013, uma vez que restou demonstrado ser inconstitucional, contrariando os artigos 5º, 18, 19, inciso III, art. 37, inciso XXI, e 175, da Constituição Federal.

Dessa forma, para preservar a legalidade do processo legislativo, e do princípio da harmonia e independência dos Poderes, e também, para evitar intervenção do Poder Judiciário, o Poder Executivo Municipal veta o Projeto de Lei nº 05, de 10 de abril de 2013.

Eldorado do Sul, 06 de maio de 2013.

SÉRGIO MUNHOZ
Prefeito Municipal

¹

- Art. 19. É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

[...]

III - criar distinções entre brasileiros ou preferências entre si.